

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**MARIANE CRISTINA KOHUT**

**POBREZA: UMA REFLEXÃO ACERCA DO CONCEITO E POSSÍVEIS  
ENFRENTAMENTOS DENTRO DO ESPAÇO ESCOLAR**

**CURITIBA**

**2016**



**MARIANE CRISTINA KOHUT**

**POBREZA: UMA REFLEXÃO ACERCA DO CONCEITO E POSSÍVEIS  
ENFRENTAMENTOS DENTRO ESPAÇO ESCOLAR**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Ms. Viviane Alessi

**CURITIBA**

**2016**

## **Pobreza: uma reflexão acerca do conceito e possíveis enfrentamentos dentro do espaço escolar**

**Mariane Cristina Kohut**

### **RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo refletir acerca das diferentes concepções de pobreza que por muito insistem em limita-la como ausência de bens materiais, a fim de focar possíveis enfrentamentos dentro do espaço escolar. Tais enfrentamentos caracterizam-se como o reconhecimento da pobreza como um fenômeno social, o currículo e adaptações como ferramentas de inclusão social. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, visando maior visibilidade dos sujeitos pobres nas reflexões acerca da integração e heterogeneidade social, embasada nas diferentes contribuições de autores frente à abordagem do tema em questão. Por isso, inicialmente é apresentado enfoques científicos vinculados à construção histórica e ideológica do conceito de pobreza, buscando fazer uma sucinta discussão sobre as diversas definições deste fenômeno. Na sequência, foca-se a função social do espaço escolar e como os alunos pobres são pensados no cotidiano. Por fim direcionam-se possíveis ações de enfrentamento para a inclusão dos sujeitos pobres neste ambiente, visto que por muito tempo os mesmos são culpabilizados por sua pobreza e fracasso escolar. Conclui-se que este fenômeno social é múltiplo e que a sua mensuração deve aportar as suas distintas faces e dimensões, compreendendo as raízes históricas da construção da pobreza e refletindo como a mesma impacta no ambiente escolar. A escola apresenta-se como um espaço de reprodução de muitas desigualdades sociais, e deve ser repensada no sentido de possibilitar ações que realmente integrem os sujeitos pobres, seja na organização e elaboração do currículo voltado para a heterogeneidade e nas ações pedagógicas de acompanhamento e efetivação da permanência dos mesmos no ambiente escolar. É importante romper com estigmas que veem a tempos rotulando e segregando os sujeitos.

**Palavras-chave:** Pobreza, Espaço Escolar, Enfrentamento.

### **1 INTRODUÇÃO**

A pobreza é vista de forma estereotipada, e por muito tempo a mesma vem sendo concebida como resultado do fracasso social e econômico dos sujeitos pobres, onde os mesmos são culpabilizados por suas condições socioeconômicas.

Muitas vezes, esta visão é justificada pela cultura política elitista excludente do país. Percebe-se que existe uma produção social da pobreza que deve ser refletida, sendo importante, também, buscar o entendimento das raízes históricas sociais que resultam em generalizações superficiais, principalmente no ambiente escolar.

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, visando refletir acerca do significado da pobreza, de como ela é concebida no espaço escolar, propiciando um momento de reflexão acerca das diversas historicidades e diversidade socioeconômica na escola e como podem ocorrer enfrentamentos. Frisa-se que os espaços sociais devem fornecer a todos os sujeitos a possibilidade de construção da cidadania, para que os mesmos possam reconhecerem-se como atuantes e transformadores da sociedade em que vivem.

Nos enfoques científicos a abordagem de fenômenos sociais é de fundamental importância para compreensão do espaço circundante. Torna-se primordial a busca por estudos que foquem realidades e espaços sociais, principalmente aqueles que objetivam a construção de cidadania e busca de direitos e deveres junto aos sujeitos sociais. Neste sentido, o presente texto estrutura-se da seguinte forma: no primeiro momento será focado a construção histórica-ideológica do conceito de pobreza na visão de alguns autores, logo as reflexões serão apontadas para a importância do ambiente escolar nas relações e integração entre os sujeitos, em seguida busca-se um enfoque nos sujeitos pobres e ações de enfrentamento para fomentar a inclusão dos mesmos no ambiente escolar.

## **2 UMA BREVE REFLEXÃO ACERCA DA CONCEPÇÃO DE POBREZA**

Por muito tempo na sociedade, percebem-se inúmeros preconceitos arraigados, e muitas vezes *ideológicos*<sup>1</sup>, principalmente no que engloba a pobreza e desigualdade social, percebidos muitas vezes nos discursos meritocráticos, que ecoam em diversos espaços sociais, principalmente na escola. Ao refletir sobre a pobreza como uma questão social, política, econômica e cultural busca-se descobri-la muito além de uma postura de ver a mesma como carência, e sim atentar para as

---

<sup>1</sup> O sentido empregado da palavra ideologia no texto refere-se ao pensamento de Karl Marx que a concebe como uma falsa consciência.

privações materiais que impossibilitam uma vida digna e justa a esses sujeitos, sendo de relevância nas ações pedagógicas a fim de contemplar a diversidade socioeconômica do espaço escolar.

A pobreza é uma construção histórica social, muitas vezes explicada como um baixo nível de renda ou de riqueza, no entanto não é o único aspecto que deve ser levado em consideração, pois existem facetas da pobreza que não se deixam compreender facilmente. Rocha (2003) frisa que a pobreza está ligada ao não atendimento das necessidades relacionadas ao mínimo vital. As condições de moradia, saneamento, acesso ao capital social e cultural, por exemplo, também são critérios que devem ser levados em consideração. Percebe-se nos diversos espaços sociais que os pobres são geralmente vistos como indivíduos sem educação formal e sem formação profissional, obrigados, por isso, a exercerem atividades pesadas, mal remuneradas e não qualificadas.

De acordo com Soares (2009), a pobreza é entendida apenas como insuficiência de renda, assim este critério vem a embasar os índices de pobreza de um lugar. Cita também que a definição da pobreza não é tarefa fácil, nem sequer instituições de pesquisas oficiais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contam com metodologias de avaliação de pobreza usadas por todos os seus pesquisadores.

Existem outros critérios que poderiam ser levados em conta para entender a pobreza como a etnia ou a cor da pele (índios e negros são, geralmente, mais vulneráveis nesse sentido por razões históricas), o gênero (particularmente no caso de mães solteiras ou viúvas), a idade (crianças e idosos são mais vulneráveis), a composição e a estrutura da família. Segundo Comim e Bagolin (2002) a pobreza ainda é mensurada através de medidas quantitativas. Rocha (2000) corrobora dizendo que a estrutura de consumo das famílias é a fonte mais adequada para a compreensão da pobreza, ou seja, a linha de pobreza de uma família deve ser observada a partir do que pode adquirir para o consumo.

Comim e Bagolin (2002) focam medidas e indicadores de pobreza que se classificam em quatro conjuntos: o primeiro refere-se à pobreza como insuficiência de renda, o segundo como uma privação no espaço das necessidades básicas, o terceiro como a dimensão da pobreza relativa e o quarto como privação das capacitações. Ainda de acordo com Kageyama e Hollfman (2006), a definição de pobreza está relacionada a algum tipo de privação cuja natureza pode ser absoluta,

relativa ou subjetiva, dadas as carências de ordem material, cultural e social, em face à disponibilidade e ao usufruto de recursos de um indivíduo ou de um grupo social.

Observa-se que nas definições de pobreza dos autores, os sujeitos pobres são caracterizados por fazerem parte de espaços onde são escassos o mínimo possível para integrar posições na sociedade tidas como suficientes, como o caso de condições de habitação e meios para desenvolver atividades remuneradas nos espaços, e, conseqüentemente, subentende-se as dificuldades de serem integrados nos mesmos por suas características que os definem como sujeitos pobres.

Pode-se arriscar definir a pobreza pelo lado mais visível como ausência ou escassez de bens materiais e imateriais. A dificuldade nesta definição está em selecionar que bens necessitam ser considerados, e aqui depara-se com o que ideologicamente foi caracterizado socialmente como pobreza. É fundamental a análise do que se compreende por necessidades humanas básicas, visto que quando não estão sendo ofertadas ao indivíduo no seu cotidiano, constituem característica de uma situação de pobreza. Percebe-se que o fenômeno pobreza ainda é um conceito muito complexo a definir, e que existem muitas abordagens que buscam compreender a pobreza. No entanto, alguns métodos não levam em conta a subjetividade para a definição. É importante a reflexão acerca das possibilidades de entender se realmente a pobreza, nas suas multifacetadas, é entendida no ambiente escolar.

### **3 A ESCOLA E OS SUJEITOS POBRES**

A sociedade é produto das interações entre os indivíduos, que são concebidos como atores sociais. Cada ator social está inserido em vários espaços sociais, e são nestes que as relações e fenômenos sociais entre os sujeitos se manifestam, sejam elas de inclusão ou exclusão. Os espaços sociais são formados por vários grupos, sendo estes espaços importantes no processo de socialização, dentre eles, tem-se o espaço escolar. A instituição escolar é responsável em promover a convivência dos sujeitos que a integram, bem como transmitir de forma sistematizada o conhecimento acumulado pela sociedade com bases nas

historicidades. Da mesma forma, é incumbida da função de preparo para a atuação cidadã e qualificar o indivíduo para o trabalho, fomentando a inclusão social.

Os espaços sociais são assim construídos, embasados nas relações políticas, econômicas, culturais e sociais. Muitas vezes surpreendem pela velocidade com que produzem novas relações ou rearranjam as antigas. O viver em sociedade exige que os sujeitos sociais se conformem a comportamentos e valores socialmente instituídos em cada momento histórico, ou seja, existe a construção de padrões sociais dentro destes espaços que se embasam em relações de dominação, de hierarquia de papéis sociais. Desta forma, os espaços sociais sempre trazem marcas de tempos históricos e, conseqüentemente, os sujeitos integrantes destes espaços também.

Ressalta-se que a escola é um espaço construído socialmente para realizar a formação humana, assim sendo, tem o objetivo de englobar todos os sujeitos sociais. Inclusive leis foram criadas para garantir a efetividade desta ação, como pode ser observado no artigo 205 do texto constitucional, o qual defende que:

A educação é um direito de todos e dever do estado e da família, e deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento do sujeito, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.123).

Da mesma forma, o Estatuto da Criança e Adolescente – Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 enfatiza em seu Art. 4º como “dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação [...]”. Como se pode observar, a escola configura-se no bojo das relações sociais, e muitos são os agentes que devem incumbir-se, junto a mesma, de propor medidas que assegurem que todos os sujeitos sociais tenham instrumentos para um efetivo acesso a educação, e que suas especificidades sejam integradas.

Cabe focar aqui a reflexão acerca da instituição escolar e como a mesma apresenta-se para os alunos pobres. É importante destacar que neste espaço social existe uma variedade de funções que lhe são destinadas. De acordo com Nóvoa (2009), pode-se observar a escola de duas *velocidades*<sup>2</sup>: a que embasa na adoção de práticas sociais e assistenciais e a que estaria assentada no conhecimento, na

---

<sup>2</sup> Nóvoa apresenta o dualismo do ambiente escolar, observando diferenças entre a oferta da aprendizagem para ricos e pobres, e, conseqüentemente, o distanciamento existente entre.

aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos. Ambas as velocidades, indicando um dualismo da escola.

Pensar o ambiente escolar remete a principal função que lhe é incumbida: a construção da cidadania. Frisa-se que os fenômenos sociais estão ligados à história da construção social da sociedade ao longo do tempo. Cada período de construção de espaços sociais foi fortificado, principalmente, nas relações de dominação entre os sujeitos; percebe-se que no ambiente escolar resquícios dessas relações. No Brasil, a história da educação se confunde com a própria história da cidadania, visto que grande parte da população ficava a margem, sem acesso a escolarização. A mesma era destinada às camadas elitistas. Ao longo da história, foi se moldando dois tipos de educação, uma destinada aos ricos e outra para os pobres, aquela para comandar e a outra para obedecer. Estas diferenças entre educação para pobres e ricos contribuí para o avanço das desigualdades sociais, fomentando a manutenção da pobreza.

Em toda a história dos sujeitos, os mesmos buscam compreender o mundo e os fenômenos que ocorrem ao seu redor, bem como as relações de dominação. De acordo com Bourdieu (1999, p. 41) o ambiente escolar “é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural”. Este autor enfatiza a existência de ações que identificam a escola com a função social de manter as desigualdades e reproduzir a hierarquização de classes. Ele enfatiza que por muito as famílias irão reproduzir no ambiente escolar a sua realidade familiar, ou seja, quanto mais elevada for à categoria socioeconômica da família, mais se elevam as possibilidades de êxito escolar do aluno.

Muitas vezes, o sujeito pobre, no espaço escolar, é estereotipado como o aluno com problemas de aprendizagem, defasagens, e até mesmo rotulado como incapaz de aprender. Estes rótulos resultam no sujeito pobre um sentimento de inutilidade e de desprendimento no ambiente social que o rodeia, não se identificando como parte de um todo, levando muitas vezes a evasão escolar. Este processo de exclusão causa um impacto enorme nas relações sociais em distintos espaços, ocasionando uma ruptura na própria unidade social, que refletirá em vários espaços e instituições sociais que estes sujeitos façam parte, e comprometerá sua interação.

Muitos estereótipos foram configurados ao longo do tempo acerca do aluno pobre. De acordo com Patto (1992) existe um discurso oficial sobre vicissitudes da escolaridade das crianças pobres, que não causa estranhamento, ao segregar entre os “aptos” e os “inaptos” que ainda se vivencia nos espaços escolares. Muitos termos negativos são usados para rotular os alunos e que são seculares na cultura brasileira. E estes preconceitos, muitas vezes, são estendidos às famílias dos alunos, que é concebida como desestruturada, promíscua, violenta. Percebe-se que as desigualdades sociais dentro dos espaços ocorrem com base ideológica e taxativa. Deve-se refletir acerca de ações para que os sujeitos pobres sejam olhados com as suas especificidades, buscando o auxílio e inclusão dos mesmos. E o professor tem papel fundamental, visto que se o mesmo desqualifica e estigmatiza o aluno pobre, está contribuindo para firmar ainda mais suas dificuldades, ocasionando inclusive, traumas da escola. Patto (1992, p.114) ressalta:

[...] não se pode também culpabilizar os professores pelas mazelas da escola pública, uma vez que os mesmos sofrem com formações insuficientes, porta-vozes da visão de mundo da classe hegemônica e vítimas de uma política educacional burocrática, tecnicista e desconhecadora dos problemas que diz querer resolver. A produção do fracasso escolar esta assentada, em grande medida, na insuficiência de verbas destinadas à educação escolar pública e na sua malversação[...] o Estado, muitas vezes, não está a serviço dos interesses de todos os cidadãos.

Entende-se que as dificuldades de pensar no aluno pobre é uma dificuldade remetida as falhas das formações de professores, que por muito tempo não tem a temática fortemente direcionada para as práticas pedagógicas de integração durante sua formação. É importante a reflexão acerca das ações pedagógicas que a escola se pauta, visto que se busca um tipo de escola que abra espaços e tempos que venham atender às necessidades básicas de aprendizagem do indivíduo. Muitas práticas pedagógicas tradicionais pautam-se numa organização com base em conteúdos reprodutores, hierárquicos e autoritário, como: exames e provas, reprovações, resultando no insucesso escolar dos alunos pobres. Se adotarmos a perspectiva da escola para a diversidade, principalmente socioeconômica, o ambiente escolar se caracterizará como lugar de ações socioeducativas mais amplas, visando ao atendimento e inclusão destas diferenças individuais e sociais, efetivando a integração social.

Percebe-se que existe uma reprodução da ideia de pobreza e a culpabilização dos sujeitos pobres pela sua própria condição que é visivelmente

estigmatizada por ideologias. Nesse sentido, torna-se importante a reflexão acerca de ações que busquem o enfrentamento da segregação, e, em alguns casos, da invisibilidade que os sujeitos pobres tem no espaço escolar.

#### **4 POSSÍVEIS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA NO AMBIENTE ESCOLAR**

A pobreza é um fenômeno social que possui inúmeras conceitualizações. Uma das primeiras ações de se enfrentamento, é reconhecer a pobreza além das ausências materiais, reconhecê-la como um fenômeno social que precisa ter visibilidade nos espaços sociais para ser refletida, buscando a inclusão socioeconômica, principalmente no ambiente escolar. De acordo com Simmel (2005), a pobreza não pode ser definida como um estado quantitativo em si mesmo, mas como uma relação à reação social que resulta de uma situação específica. A pobreza é, assim, relativa e construída socialmente, seu sentido é dado pela sociedade. É fundamental salientar a importância em se refletir acerca deste fenômeno, para ter visibilidade do mesmo dentro dos espaços sociais, e buscar ações de enfrentamento e inclusão dos sujeitos pobres. Ressalta-se que muitas visões distorcidas acerca da significação da pobreza, resultam em marginalização e segregação destes sujeitos.

Um item interessante e norteador da prática pedagógica que é importante e que deve ser refletido acerca da integração dos sujeitos pobres é o currículo. Este está entrelaçado e deve refletir sobre a inclusão social e combate as desigualdades, configurando-se como um item importante para pensar a diversidade na escola. O currículo é a ferramenta norteadora que tem por base o conjunto de conteúdos a serem ensinados e aprendidos, bem como, as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos estudantes e os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais. Sobre o currículo Saviani (1995, p.65) enfatiza “[...] nós precisaríamos defender o aprimoramento exatamente do ensino destinado às camadas populares”. Percebe-se que os conteúdos são fundamentais e, sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela se transforma num arremedo, ela se transforma numa farsa.

O currículo não é uma ferramenta de neutralidade, o mesmo está ligado com alguma forma de manifestação de poder, vinculado a ideologias. Saviani (2004) enfatiza que as necessidades humanas determinam os objetivos da educação e devem estar pautadas no currículo escolar. O currículo escolar deve ser observado como um elemento de reflexo acerca da organização político-pedagógica do espaço escolar, deve focar ações para direcionar a formação integral do indivíduo, vislumbra-lo como um agente social. Sacristán (2000, p. 15-16) enfatiza:

[...]o currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos de ensino. O currículo é uma prática na qual se estabelece diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam.

O currículo deve ser pensado como tempo e espaço escolar, que se estrutura com as especificidades dos sujeitos sociais. É importante frisar que o currículo é inerente a todas as instituições educacionais e se desenvolve de múltiplas formas, pois essas instituições trabalham e defendem uma cultura que se expressa por meio dele, assim o currículo é um artefato social e cultural. Tendo em vista que o currículo escolar deve focar a heterogeneidade dos sujeitos, sua cultura, e também sendo o mesmo uma ferramenta que envolve poder e interesses hegemônicos, é importante refletir sobre como os sujeitos pobres são contemplados no mesmo, pois a compreensão que se tem sobre o currículo é determinante nas nossas ações pedagógicas, nas escolhas que fazemos e nas estratégias que se adota.

Arroyo (apud BRASIL, s.a.) cita que a realidade que cerca os sujeitos impõe a necessidade de uma reflexão sobre a pobreza no âmbito escolar, ou seja, ela deve ser incorporada aos currículos. Um caminho para articular pobreza e currículo pode começar por identificar quais experiências, quais práticas acontecem nas escolas que procuram incorporar as vivências e a história da pobreza nos currículos, seja de Educação Básica, sejam nos currículos dos cursos de licenciatura. A ideia é procurar compreender o currículo na prática, ou seja, se professores tratam desse assunto e como incorporam a pobreza nos currículos, nos temas de estudo e no material

didático. É importante identificar os obstáculos encontrados pelos profissionais para relacionar pobreza e currículo, e também perceber como a pobreza é abordada nos documentos legais que orientam o currículo na escola. Continua não havendo lugar para as vivências da pobreza e para a discussão da sua produção histórica e a busca por eles deve ser incessante.

Outro ponto importante para o enfrentamento da pobreza no ambiente escolar é a reflexão sobre o papel da educação. Nas classificações da pedagogia desenvolvidas por Saviani (2005), podem ser identificadas duas grandes maneiras de relacionar a educação formal e a situação de pobreza. Numa visão negativa pode-se considerar a educação formal como reforçadora da desigualdade social na sociedade capitalista, uma vez que o sistema educacional se centra na distribuição de certificações educacionais, exigindo que a população historicamente desfavorecida supra uniformemente as exigências de uma instituição escolar moldada segundo parâmetros que lhe são alheios. Numa visão positiva, é vista como motor para a ruptura da desigualdade social, propiciando a mobilidade da população pauperizada e promovendo uma cidadania crítica.

Yannoulas, Assi e Ferreira (2012) enfatizam que, na tentativa de fugir à polarização anteriormente mencionada entre as visões otimistas e pessimistas da educação formal, a relação entre a situação de pobreza e a educação formal é muito mais complexa e não se expressa de forma linear. Assim, a educação formal é visualizada como parte de uma complexa trama que, na tessitura da relação Estado-sociedade, reúne elementos não apenas cognitivos ou propriamente pedagógicos, mas elementos econômicos (distribuição de bens simbólicos que operam posteriormente como chaves para a inserção no mercado de trabalho capitalista e para o consumo dos bens materiais), elementos culturais (reconhecimento dos bens simbólicos que merecem ser conservados, distribuídos e certificados) e elementos políticos (estabelecimento de mecanismos de exclusão total e de inclusão excludente, seleção “meritocrática” de lideranças).

Pode-se ter uma visão nítida que o ambiente escolar, em sua estrutura e práticas, está vinculado diretamente a constante pressão de adaptação às necessidades econômicas determinadas pelos setores dominantes, orientadas para o aumento constante da produtividade e do consumo. Desta forma, a questão socioeconômica está inserida como um desafio de integração neste espaço social. Neste contexto, destacam-se políticas públicas como ações importantes a serem

pensada frente à inclusão das diversidades sociais e econômicas. Algebaile (2009) citado por Yannoulas, Assi e Ferreira (2012) frisa que o ambiente escolar se tornou porta de entrada para a diversidade de ações e programas, como vacinação, alimentação, renda. No espaço físico da educação formal, outras funções e tarefas foram e são processadas, transformando o espaço educacional em muito mais do que um espaço unicamente educativo. No espaço escolar são realizadas múltiplas maneiras de atenção às necessidades da população mais pobre, como: alimentação e nutrição, saúde e higiene, vestuário, renda, entre outras. Algumas das ações e programas para atendimento dessas necessidades sociais, como vacinação, merenda escolar, material escolar, uniforme etc., são aplicadas de forma genérica ou universal. Outros programas, decorrentes da política de assistência social, são profundamente focalizadas, como o Bolsa família e outros programas semelhantes de transferência de renda executados no espaço escolar ou com condicionalidade educacional.

Para Arroyo (1986) há um projeto específico de classe em curso na história da educação brasileira e que só pode ser enfrentado por outro projeto “da” e “para” a classe antagônica, visando à apropriação e à redefinição desse projeto a serviço de interesses de classe, e não a serviço da melhor sorte e da ascensão de alguns indivíduos. Para que os enfrentamentos ocorram, como foi exposto pelos autores, é necessário conceber a pobreza como um ponto a ser repensado, principalmente no ambiente escolar. Os enfrentamentos viáveis acerca da temática, primeiramente é reconhecer a existência da pobreza no ambiente escolar, e refletir acerca das possibilidades de acesso e permanência dos sujeitos pobres. Da mesma forma, refletir sobre como superar as lacunas existentes nos currículos e possibilidades de adaptação do mesmo, bem como integrar os sujeitos pobres nos espaços sociais.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Deve-se buscar compreender a construção histórica da pobreza e refletir como a mesma impacta no ambiente escolar, buscando romper com estigmas que muitas vezes rotulam e segregam. Por muito tempo este fenômeno vem sendo estereotipado, no qual os sujeitos pobres são estigmatizados na escola como

fracassados e culpabilizados pela sua pobreza. Como um espaço social, a escola deve fornecer um lugar de respeito à diversidade, principalmente a socioeconômica. Sendo este espaço um direito de cada sujeito social de frequentar, devemos refletir acerca de ações para garantir a permanência do mesmo na escola.

Da mesma forma, deve-se ter claro que a educação é um direito de todos, e a escola deve ser o palco da busca de ações que efetivem a inclusão de todos os sujeitos sociais, bem como promover o acesso e permanência de todos. É possível fomentar uma educação de qualidade, baseada na inclusão, focando um ambiente de encontro e reconhecimento dos sujeitos, resultando nos mesmos o sentimento de pertencimento.

Conclui-se que a pobreza é um fenômeno social que merece atenção nos debates científicos, visto que existe a emergência de superação de lacunas, como o entendimento da significação deste fenômeno social e as formas de visualizá-la dentro do ambiente. Para que se possam incluir os sujeitos pobres é importante refletir sobre as formas de enfrentamentos dentro dos espaços sociais, principalmente na escola. Algumas ações que podem ser elaboradas para que se reflita e contemple a pobreza, como analisar se existem adaptações dentro dos currículos e conhecer as políticas sociais existentes que visam a integração do aluno pobre. Principalmente, deve-se buscar a visibilidade da pobreza, para contemplá-la nas ações sociais de inclusão da diversidade.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **A escola possível é possível?** In: ARROYO, M.G (org.). Da escola carente à escola possível. São Paulo, Ed. Loyola.1986.(p.11-53)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coordenação Nacional de Iniciativa a educação, pobreza e desigualdade social**. Brasília, s.a. Módulo IV

BOURDIEU, P. **A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. **Escritos de Educação**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

COMIM, F.; BAGOLIN, I. **Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 23, n. especial, 2002.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional**. Revista Economia e Sociedade. Campinas: v.15, n.1(26), p. 79112, 2006.

NÓVOA, A. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009

PATTO, M.H. **Família pobre e a escola pública: anotações sobre um encontro**. USP- São Paulo. 1992.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. **Opções Metodológicas para a Estimação de Linhas de Pobreza e Indigência no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

SACRISTÁN, J.C. **O currículo uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação política**. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. 29ª edição. Autores Associados. Campinas, SP. 1995.

\_\_\_\_\_. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 15ª. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SOARES, S.S.D. **Metodologia para Estabelecer a Linha de Pobreza: objetivas, relativas, multidimensional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

YANNOULAS, S.C.; ASSIS, S. G; FERREIRA, K. M . **Educação e pobreza: limiares de um campo em (re)definição** . Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 50 maio-ago. 2012.